

caderno de retorno

Transformando o Mundo: as lutas do feminismo transnacional nos territórios e contra o neoliberalismo

Transformando el Mundo: las luchas del feminismo transnacional en los territorios y contra el neoliberalismo

Transforming the World: the struggles of transnational feminism in the territories and against neoliberalism

Maria Clara Borges Rodrigues¹

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Direito, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: brodriguesmariaclara@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0239-9185>.

Submetido em 29/10/2024

Aceito em 09/12/2024

Como citar este trabalho

RODRIGUES, Maria Clara Borges. Transformando o Mundo: as lutas do feminismo transnacional nos territórios e contra o neoliberalismo. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 1015-1024, jan./jun. 2025.

insurgência



OFUNGO
Observatório Fundiário Global

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais

v. 11 | n. 1 | jan./jun. 2025 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS | ISSN 2447-6684

Dossiê realizado em colaboração com os projetos de extensão **NAJUP Luiza Mahin**, **OBUNTU** e **OFUNGO**



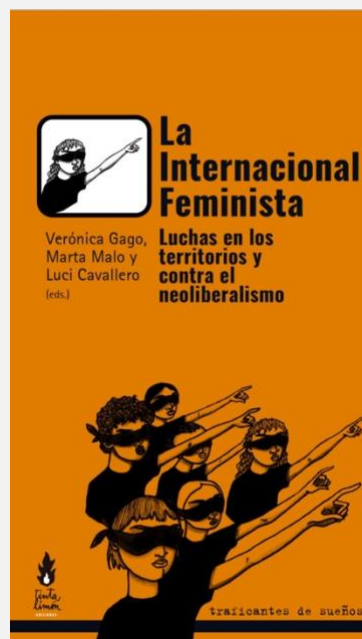
Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.

Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Transformando o Mundo: as lutas do feminismo transnacional nos territórios e contra o neoliberalismo

GAGO, Verónica; MALO, Marta; CAVALLERO, Luci (eds.). *La internacional feminista: luchas en los territorios y contra el neoliberalismo*. 1. ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020



O processo de acumulação capitalista não findou com a apropriação das terras comunais e o fim da caça às bruxas em território europeu, tampouco com a colonização das Américas e África e a escravização de seus povos originários, em especial de africanos. A continuidade e permanência de processos de expropriação, apropriação e opressão são fundamentais para que o capitalismo possa, ainda hoje, exercer sua hegemonia.

Como resposta a esse modelo capitalista patriarcal e colonial, mulheres tem se unido, com maior massividade e radicalidade, e denunciado a relação existente entre a acumulação do capital e a violência, nas suas mais distintas formas, contra as mulheres e corpos feminizados. Nesse sentido, o livro “*La Internacional Feminista: luchas en los territorios y contra el neoliberalismo*” vem como exaltação da potência feminista contra a ofensiva capitalista e sua guerra contra o corpo-território da mulher.

Ainda sem lançamento no Brasil, a edição em comento foi publicada em Madri, no ano de 2020, pela editora Traficante de Sueños. Editado por Marta Malo, Luci Cavallero e a aclamada Verónica Gago, ele conta com a contribuição de diversas pensadoras e militantes feministas. A partir de sete textos, cada uma delas ilustra a luta e organização de mulheres em diferentes países contra a ofensiva neoliberal, que se apresenta, atualmente, em aliança com ideias fascistas e novos fundamentalismos religiosos.

Como consequência do aprofundamento da precarização da vida a partir de dinâmicas mais violentas impostas pelo modelo econômico (cultural e social) vigente, surge um novo movimento feminista. Contando como marco inicial as

greves internacionais de mulheres, lésbicas, trans e travestis que eclodiram em 2017, inaugura-se uma nova forma de entender e de fazer feminismo: um feminismo transnacional. É sobre essa nova faceta do movimento que Verónica Gago e Marta Malo vão tratar no primeiro texto da presente obra.

Com o mesmo título que nomeia o livro, o texto se divide em duas partes: em um primeiro momento vai apresentar o internacionalismo surgido da nova “maré feminista”, para assim abordar a transversalidade feminista. Formado de situações concretas, cotidianas e enormes mobilizações, esse novo internacionalismo surgiu desde o “sul”, compreensão que abrange não apenas uma localização geográfica, mas um leque de territorialidades invisibilizadas, a exemplo do trabalho doméstico, do trabalho precário, popular e territórios de povos originários.

Isso permitiu que o movimento feminista apresentasse uma projeção de massas que conjuga o encontro de demandas heterogêneas advindas de distintas partes do globo, as quais foram organizadas e coordenadas em assembleias e reuniões que permitiram o estabelecimento de diretrizes e formas de protesto comuns. Trata-se, desse modo, de um método de conexão com o qual se busca “um horizonte comum que não achata as diferenças nem as coloca debaixo do tapete para encaixar tudo num mesmo esquema” (Gago, 2020, p. 295).

Ao internacionalismo une-se a transversalidade das lutas e sensibilidades. A partir da junção das distintas necessidades que se apresentam na vida cotidiana, é possível construir uma solução comum para problemas percebidos, inicialmente, de maneira individual. Assim, partindo de lugares concretos, com um olhar filtrado pela territorialidade dos conflitos, a aproximação e a formação de alianças torna possível o desenvolvimento de um corpo coletivo e a produção de diagnósticos acerca da complexidade capitalista patriarcal e colonial.

Os aspectos expostos conformam um feminismo transnacional traduzido em um verdadeiro método político. Essa forma de fazer política tem desafiado “o plano global das finanças ao traçar o vínculo entre essas violências machistas e a exploração financeira através da dívida privada e o empobrecimento generalizado pelos planos de ajustes” (Gago; Malo, 2020, p. 14). Indo além da análise teórica, atua desde a prática da insubordinação, ultrapassando o mero caráter reivindicatório. É um feminino revolucionário, motivado pelo desejo de mudar o todo.

Desse breve panorama, os próximos textos exemplificam o que é esse novo feminismo a partir dos processos de lutas protagonizados pelas mulheres nas mais diversas searas da reprodução social, demonstrando, a cada caso, a necessidade de

se pensar, e agir, a partir dos distintos contornos resultantes das intersecções de gênero, raça, classe e colonialidade.

Nesse sentido, o texto escrito por Pastora Filigrana, “Las jornaleras marroquiés de la fresa: feminismo antirracista o barbarie” levanta a situação das mulheres imigrantes, trabalhadoras temporárias, nos campos de morangos da região de Huelva, na Espanha, cuja colheita sobrepõe a atuação de distintas estruturas de poder e opressão presentes na sociedade.

Buscando a mão de obra mais barata disponível no mercado, as mulheres pobres e racializadas do sul global, especialmente marroquinas, são as principais recrutadas para a atividade. A partir da junção racismo e machismo, sobre elas recai não apenas a força do contrato de trabalho, mas também de um contrato sexual marital com o objetivo de garantir a ordem. São, diante do poder capitalista patriarcal, vítimas dos mais diversos tipos de violência nesses espaços, entre os quais regimes análogos ao da escravidão e violência sexual.

Apesar dos escândalos acerca da situação, não se verificou uma mobilização contundente das espanholas em rechaço ao que ocorria, evidenciando a distância existente entre a maioria das feministas e as mulheres imigrantes. Para as mulheres ocidentais, e aqui faz-se um adendo para especificar de maneira ainda mais clara: mulheres brancas, de classe média e alta, é mais fácil simpatizar-se com suas semelhantes. Não por outro motivo as ruas da Espanha foram tomadas em 2017 durante o julgamento do estupro coletivo de uma jovem estudante no caso que ficou conhecido por “La Manada”, solidariedade que não se verificou no caso em destaque.

A autora demonstra, a partir de seu relato, a necessidade de efetivação de um feminismo que seja anticapitalista e antirracista. Para tanto, o movimento feminista deve organizar-se como um movimento político que nasce da emoção e do corpo, que é potência. Potência essa que organiza as demandas sociais desde as vivências cotidianas e dos espaços populares, e rompe com a fragmentação das mulheres gerada pelo racismo e colonialidade que perpassam o próprio feminismo.

O texto do capítulo 3, “De las finanzas a los cuerpos: ¡Vivas, libras y desendeudadas nos queremos!”, Luci Cavallero traz, a partir da experiência de resistência à urbanização compulsiva realizada pelo governo de Buenos Aires na Villa 31 y 31 Bis, um assentamento localizado no centro da capital federal, o modo como as mulheres, a partir das greves internacionais realizadas entre os anos de 2017 e 2019, puderam correlacionar as violências machistas perpetradas pelo

Estado à violência financeira, cuja atuação invade cada vez mais a esfera de reprodução social.

Ilustrando o que Harvey (2019) denomina por acumulação por despossessão, o capital imobiliário, com processos de revitalização de áreas estratégicas das grandes cidades, tem expulsado desses espaços pessoas que vivem aí há um longo tempo. É o que acontece em diversas capitais da América Latina, entre elas Buenos Aires e a Villa 31 y 31 Bis, cujo modelo de integração urbana vem acompanhado da expulsão da população para outras áreas da cidade.

Nesse processo, as assembleias feministas aparecem como um espaço fundamental para a denúncia ao processo de privatização de serviços anteriormente públicos, da titularização de propriedades a partir da dívida (atual forma de controle da população utilizada pelo sistema capitalista, especialmente nos chamados países de terceiro mundo), bem como da concessão de títulos de propriedade pelo governo, a partir de critérios heterossexistas, o que revitimiza e pune famílias e mulheres que não se adequam ao modelo tradicional de família burguesa.

As assembleias funcionam como um espaço que desvela os diferentes trabalhos (de reprodução social e cuidado) comunitários necessários para reprodução da própria vida e, valorizando as distintas formas de labor, cria uma rede que tende a dificultar a construção de hierarquias e divisões sociais por parte do governo em sua tentativa de romper a coletividade da população.

Com isso, o movimento feminista joga luz a espaços invisibilizados: a lógica capitalista, por meio da dívida, extrai valor de economias consideradas improdutivas, como é o caso do trabalho doméstico, convertendo cada momento da reprodução social em um momento de acumulação de valor. A partir de tais discussões, o endividamento das economias domésticas é enfatizado como um assunto de cunho coletivo, e não um problema do âmbito familiar privado a ser resolvido individualmente.

A estratégia internacionalista levada a cabo pelas mulheres argentinas permite conectar a desterritorialização das finanças com os ataques aos territórios e corpos concretos, especialmente o das mulheres, sobre as quais recai uma moralidade que as sobrecarrega e as sacrifica em prol do pagamento das dívidas criadas em decorrência da implementação de políticas neoliberais, estratégia executada pelo FMI e Banco Mundial em países “em desenvolvimento” desde a década de 90.

O quarto texto do livro segue abordando o problema fundiário urbano, dessa vez por meio dos aportes da brasileira Helena Silvestre, uma mulher, afro-indígena, nascida e criada em uma favela e militante do movimento por moradia digna.

Desde uma perspectiva situada, ela busca em “Del punto cero al futuro: luchas por vivienda y apuntes para una gramática feminista de organización” recuperar as histórias de resistência nas favelas, cada qual com suas especificidades.

Em suas palavras, “as lutas em defesa dos territórios sempre levaram em si mesmas a defesa da vida” (Silvestre, 2020, p. 56). Isso porque a terra e os próprios corpos das mulheres sempre foram campos de batalha do capital tratando de transformá-los em mercadoria. As favelas se formaram a partir da expulsão da população pobre e negra de seus territórios de origem, e, assim, no processo de urbanização brasileira, aquela que se apresenta como a cidade oficial oculta quem verdadeiramente a sustenta: os cidadãos de “segunda classe”.

Da necessidade de (sobre)viver, na década de 90 houve um crescimento nos conflitos fundiários urbanos no Brasil. Em todos eles as mulheres estiveram presentes. Tendo em vista a realidade do mercado laboral, em que elas compõem a maior porcentagem de pessoas em situação de informalidade, ocupam os piores postos de trabalho, são as maiores afetadas pelo déficit habitacional e, considerando, ainda, os crescentes índices de violência doméstica, é fácil compreender porque as ocupações são compostas majoritariamente por mulheres.

Responsáveis pela organização do espaço na ocupação e alimentação de todos que aí vivem, são as mulheres que conhecem as famílias, suas realidades e que articulam os discursos bradados pelos homens, aqueles que tomam os lugares de liderança e reproduzem, pois, a lógica sexista enraizada na sociedade. Por isso, as mulheres vão “forjar uma nova gramática organizativa onde o trabalho coletivo e a ajuda mútua são critérios mais importantes que o reconhecimento institucional” (Silvestre, 2020, p. 62), e, a partir da construção de redes e modelos de organização não convencionais, produzir respostas desde as necessidades comuns das pessoas.

As ocupações não são a única saída encontrada pelas mulheres para fugir dos ciclos de violências familiares e institucionais. A imigração tem sido um outro caminho de salvação. Por essa razão, Amarela Varela Huerta, em “Apuntes para um feminismo antirracista después de las caravanas de migrantes”, realiza um breve panorama acerca do êxodo centro-americano de pessoas. A autora explicou esse deslocamento como um campo de refugiados em movimento, que, por onde passava, enfrentava a xenofobia institucional e o racismo social.

A partir de uma metodologia intitulada como “caminhar perguntando”, a autora buscou explicar, por meio do que apreendeu em contato com as caravanas, as motivações para esse grande fluxo migratório, as condições que elas enfrentavam

ao longo do seu percurso e as respostas contra insurgentes dos governos da região a esse movimento (confinamento, militarização e deportação massiva de famílias).

Compreendido como um “exercício de autocuidado coletivo”, este êxodo é um acontecimento político que deve ser entendido como uma rebelião, com o qual se ameaça o regime posto; como um movimento social de mulheres pela preservação da vida; e como insurgência, em razão da mudança da gramática das migrações a que levou. Huerta demanda, assim, a aproximação de um feminismo emergente, migrante e antirracista, enfatizando o protagonismo de mulheres e meninas que “se movem para deixar para trás o terror e a miséria”, buscando “o direito de viver uma vida vivível” (Huerta, 2020, p. 78).

No sexto texto da obra, “Nuestras luces en la penumbra: potencia feminista y urgências destituyentes”, Alondra Carrillo Vidal e Javiera Manzi Araneda escrevem desde as revoltas ocorridas no Chile no ano de 2018, quando as ruas foram tomadas pelo “no + abusos”, “no + represión”, “no + feminicidios” e diversas outras apropriações que reivindicavam uma vida melhor. A partir de tais atos, chamam atenção a ideia de uma greve geral feminista, em um contexto em que esta tática de luta foi, me valendo dos ensinamentos de Bernard Edelman (2019), legalizada e reduzida aos limites impostos por um direito burguês e capitalista.

Saindo do lugar de vítimas, as mulheres, lésbicas, trans, travestis e pessoas não binárias se colocaram como sujeitas políticas na luta contra a precarização da vida decorrente da violência patriarcal e todas outras formas de violência, inclusive a financeira, com o endividamento da população mais pobre. A partir desse “não” se imagina um outro futuro. A potência feminista reverbera, então, como uma “revolta dentro da revolta” (Vidal; Araneda, 2020, p. 91) que “abriu e segue abrindo cursos ainda inesperados sobre as formas de fazer política e sustentar a vida” (Vidal; Araneda, 2020, p. 92).

Por fim, o último excerto do livro. “Tejiendo caminos: del paro nacional al Parlamento Plurinacional y Popular de Mujeres y Organizaciones Feministas de Ecuador” foi escrito como forma de refletir, a partir de uma perspectiva feminista, acerca do estágio de mobilização e organização popular no Equador nos anos de 2019 e 2020. Em outubro de 2019 ocorreu uma greve nacional no país que contribuiu para enfatizar a necessidade de um olhar interseccional acerca dos problemas que se apresentam nas sociedades “quebradas” (Gallardo, 20219) da América Latina.

Essa greve não poderia ter ocorrido sem o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres e, nem mesmo, sem sua atuação na linha de frente dos embates.

Trazendo ao longo do texto trechos da canção “Que viva la resistência caraju” entonada por mulheres indígenas nos levantes de outubro, as autoras explicitam como as mulheres atuaram de modo a se retirarem da esfera de reprodução a qual foram relegadas para o protagonismo das ações contra o Estado Neoliberal. Rompendo o silêncio, deixam o lugar de vítimas, da mesma maneira como falaram Vidal e Araneda, enfatizando a necessidade de construir, frente a realidade equatoriana, um movimento plurinacional, popular, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista de combate à exploração dos territórios comuns, empobrecimento, violência.

As autoras terminam seus apontamentos, e o livro, com uma citação bastante pertinente de Verónica Gago, com a qual ressalta uma necessidade que perpassa todos os textos: a urgência de um olhar interseccional entre as violências de classe, raça, gênero e colonialidade. As lutas das mulheres, da população “de segunda classe”, do povo que é explorado, marginalizado e expulso de suas casas e territórios devem ser pensadas conjuntamente, pois estão vinculadas umas às outras. É para o que todas as autoras chamam a atenção em “La internacional feminista”.

Esse novo feminismo, apresentado ao longo dessas páginas, revela o que é verdadeira potência feminista e como deve ser um feminismo transformador. Um feminismo transnacional que pensa a intersecção das estruturas de poder e fatores de opressão que se expressam de maneiras próprias no dia a dia das pessoas ao redor do mundo, “uma força coordenada de desestabilização global cuja potência está arraigada e emerge de maneira notável no Sul” (Gago, 2020, p. 284). Um feminismo com a capacidade de fazer, criar, afetar a realidade posta, que retira as mulheres de sua condição de vítima e sua atuação de um lugar de ingenuidade, conectando distintas lutas e denunciando as diversas violências capitalistas em prol de um desejo comum: o desejo de transformar tudo (Gago, 2020).

Referências

EDELMAN, Bernard. *A legalização da classe operária*. 1. ed. São Paulo: Editoria Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

GAGO, Verónica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2020.

GAGO, Verónica; MALO, Marta. La Internacional Feminista: luchas en los territorios y contra el neoliberalismo. In: GAGO, Verónica; MALO, Marta; CAVALLERO, Luci (eds.). *La internacional feminista: lucas en los territorios y contra el neoliberalismo*. 1. ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

GAGO, Verónica; MALO, Marta; CAVALLERO, Luci (eds.). *La internacional feminista: lucas en los territorios y contra el neoliberalismo*. 1. ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

GALLARDO, Helio. *Direitos Humanos como movimento social*. Para uma compreensão popular da luta por direitos humanos. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Direito, 2019.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUERTA, Amarela Varela. Apuntes para um feminismo antirracista después de las caravanas de migrantes. In: GAGO, Verónica; MALO, Marta; CAVALLERO, Luci (eds.). *La internacional feminista: lucas en los territorios y contra el neoliberalismo*. 1. ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

SILVESTRE, Helena. Del punto cero al futuro: luchas por vivienda y apuntes para una gramática feminista de organización. In: GAGO, Verónica; MALO, Marta; CAVALLERO, Luci (eds.). *La internacional feminista: lucas en los territorios y contra el neoliberalismo*. 1. ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

VIDAL, Alondra Carrillo; ARANEDA, Javiera Manzi. Nuestras luces en la penumbra: potencia feminista y urgências destituyentes. In: GAGO, Verónica; MALO, Marta; CAVALLERO, Luci (eds.). *La internacional feminista: lucas en los territorios y contra el neoliberalismo*. 1. ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

Sobre a autora

Maria Clara Borges Rodrigues

Mestranda em Direito pelo PPGD/UFRJ. Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Puc Minas. Pesquisadora do Laboratório INPODDERALES/UFRJ.